



Valor Empresas 360

Acesse indicadores, gráficos, notícias e conteúdo exclusivo de uma empresa em um só lugar.

Ver tudo sobre uma empresa ⇒

PUBLICIDADE

## Aprovação de mudanças na Lei das Estatais deve ser vista como alarmante, dizem Amec e IBGC

As entidades afirmam que a União tem um dever para com todos os interessados nas estatais, que incluem a população brasileira e o mercado de capitais, o que deveria impedir retrocessos

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo

15/12/2022 15h27 · Atualizado há 20 horas

A aprovação de mudanças na Lei das Estatais deve ser vista como alarmante para a institucionalidade que se pretende no Brasil, visto que não foram objeto de mínima discussão e que ganham contornos questionáveis pela maneira e velocidade com que foram aprovados, dizem a Associação dos Investidores no Mercado de Capitais (Amec) e Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em carta.

## LEIA MAIS:

- Abrasca manifesta preocupação com mudanças na Lei das Estatais e pede debate sobre o tema
- Para advogados, mudança na lei eleva riscos a estatais



"Independentemente de mudanças estratégicas e de direcionamento pretendido para empresas estatais, que são legítimas dentro do arcabouço existente, a pauta de governança e o respeito a avanços institucionais devem prevalecer", escrevem.

As entidades afirmam que a União, como maior acionista com direito a voto das empresas estatais, tem um dever para com todos os interessados nestas empresas, que incluem a população brasileira e o mercado de capitais, o que deveria impedir retrocessos.

A Amec e o IBGC lembram que esse princípio foi desrespeitado no passado, e essas empresas sofreram o reflexo da má administração, arcando com enormes prejuízos em meio a escândalos de corrupção.

"A aprovação de alteração nos requisitos de investidura a cargos públicos é a que gera perplexidade, ignorando todos os avanços institucionais recentes", comentam. A escolha de diretores e conselheiro técnicos é um valor que deve ser preservado independente de preferências políticas ou ideológicas, dizem as entidades.

Somente assim o Brasil poderia avançar em processos como a entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), refletindo o interesse social ou do próprio país, respeitando um código de conduta previamente estabelecido.

Além dessa manifestação, as duas entidades também assinaram documento semelhante em conjunto com outros representantes do mercado — Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil (Apimec), Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial (IBDEE), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e pelo Instituto Não Aceito Corrupção.



A Amec e o IBGC lembram que esse princípio foi desrespeitado no passado, e essas empresas sofreram o reflexo da má administração — Foto: Silvia Costanti/Valor

PETROBRAS

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Papel de Parede TNT Cânhamo 53cmx10m Inspire

LEROY MERLIN

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Detran se irrita com dispositivo anti-multas

DETECTOR DE RADAR SPYDER X V8